



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 497/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1679/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP (U.C. 21105).

5- Responsável: Sr. Williams Santos Damasceno, Diretos Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, exercício 2013.

6- Unidade Técnica: DICAD – Relatório Conclusivo nº 27/2014 (fls. 139/146).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2230/2014-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas. (fls. 148/149).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, exercício 2013.

Regular com ressalvas. Determinação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo arts. 11, III, alínea “I”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- Julgar Regulares, com Ressalvas, a Prestação de Contas do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP, exercício 2013, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando-se quitação ao Responsável Sr. Williams Santos Damasceno, Diretor do Hospital e Ordenador de Despesa, condicionado ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

9.2- Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.2.1- Adote medidas para implementar um controle interno nesta unidade, com o intuito de otimizar suas atividades, com base nos princípios da eficiência e moralidade e no art. 74 da CF/88, sem prejuízo da atuação da Controladoria Geral do Estado;

9.2.2- Cumpra as etapas da despesa, nos termos dos arts. 58 ao 64 da Lei 4.320/69;

9.2.3- Elabore inventário analítico dos bens de caráter permanente, nos termos do art. 94, 95 e 96 da Lei 4.320/64;

9.2.4- Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 497/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 03 de setembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral.